

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

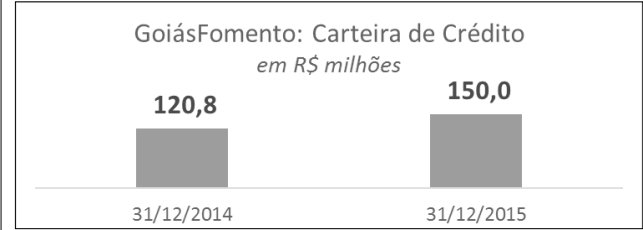
Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Agência de Fomento de Goiás S/A – GOIÁS FOMENTO relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de **2015** e **2014**, as quais seguem as normas estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários.

O **Programa de Fomento ao Desenvolvimento Econômico** constante das políticas governamentais do Estado de Goiás tem foco a geração e manutenção de emprego e renda, através do financiamento das atividades produtivas. A principal ação é a concessão de crédito para implantação e/ou expansão de empreendimentos produtivos. Neste sentido, no exercício de 2015 a GOIÁS FOMENTO realizou **846** operações de crédito às *microempresas, empresas de pequeno e médio portes, microempreendedores individuais e autônomos* com **R\$ 49,7 milhões** desembolsados com Recursos Próprios. Como agente operador do **FCO**, agente financeiro do **BNDES** e da **FINEP** foram desembolsados mais de **R\$ 24,2 milhões** em 47 operações de crédito. O saldo da carteira de crédito com risco próprio (Recursos Próprios/FCO/BNDES/FINEP), em 31/12/2015, ficou em **R\$ 150,0 milhões**, crescendo **R\$ 29,2 milhões** com variação de **24%** em relação a 31/12/2014, contando com 2.250 contratos ativos. Como Agente Financeiro dos Fundos Estaduais, as operações de crédito com recursos do FUNMINERAL e do CRÉDITO PRODUTIVO/PAI, somaram **125** com **R\$ 6,7 milhões** em desembolsos no exercício.

Mesmo num cenário em que a conjuntura econômica brasileira tem se apresentado como limitadora na atuação da GoiásFomento, ainda assim, a GoiásFomento vem se empenhando no cumprimento de sua missão institucional, que é promover o fomento às atividades produtivas, elevando o saldo das carteiras de crédito e respectivamente das receitas operacionais, não obstante o cenário de recessão, alto índice inflacionário (mais de 10,67% em 2015 - IPCA), redução na renda, na produção, e crescimento do desemprego. Apesar disso, os ativos totais da GOIÁS FOMENTO cresceram **9%** ante a dezembro/2014 somando **R\$ 229,8 milhões**, enquanto o Patrimônio Líquido se manteve praticamente estável com valor de **R\$ 171,5 milhões** em 31/12/2015. Da mesma forma, a manutenção dos níveis de desembolsos das operações de crédito com recursos próprios nos patamares de 2014 contribuíram para o crescimento da carteira em **R\$ 29,2 milhões** com variação de **24%** no período.

A baixa na lucratividade (**R\$ 681 mil**), foi fruto principalmente das circunstâncias econômicas pelas quais atravessa a economia brasileira, acarretando dificuldades financeiras especialmente às microempresas e empresas de pequeno porte, as quais são o foco de atuação da GoiásFomento, que em face disso, provocou elevação dos níveis de provisões para operações de crédito.



2. PERSPECTIVAS

Os instrumentos norteadores das ações da GoiásFomento são as políticas governamentais que vêm sendo implementados por meio do Planejamento Estratégico 2015-2019 os quais podemos destacar: contratação de correspondentes de crédito por meio de edital de credenciamento, o que propiciará aumento da capilaridade da GoiásFomento e contribuirá para a redução no tempo de tramitação das propostas de crédito; a contratação de empresa operadora/gestora para implantação de modalidade de crédito por meio de cartão (Cartão Fomento), com bandeira própria da GoiásFomento; a publicação de edital de credenciamento para contratação de escritórios de engenharia para avaliação de bens imóveis urbanos e rurais; a contratação de consultoria e assessoria especializada para revisão das políticas e do score de crédito nas operações com riscos próprios da GoiásFomento; a implantação de modalidade de crédito automático; a implantação de linha de crédito com utilização de recursos de fundo estadual na equalização de juros para microcrédito; a elevação nos desembolsos das operações de crédito por meio de repasses da FINEP para projetos voltados à inovação.

As adequações na estrutura organizacional juntamente com a implantação das ações citadas acima contribuirá para a expansão das atividades de fomento com a mitigação dos custos operacionais e dos riscos nas operações de crédito. A revisão na estratégia de atuação da GOIÁS FOMENTO, considerando a orientação na política governamental, assegura o pleno cumprimento de seus objetivos institucionais.

O Patrimônio de Referência (**PR**) da GOIÁS FOMENTO no valor de **R\$ 171,5 milhões**, possibilita alavancar mais de **R\$ 1,5 bilhão** em operações de crédito de repasses (FCO/BNDES/FINEP) ao setor privado. Como parte dessa estratégia de ampliação das operações, foram iniciadas contratações com recursos de repasses da FINEP, e foi apresentado pleito junto ao Banco do Brasil/FCO para ampliação do limite de crédito da GoiásFomento, contando ainda com a expectativa de elevação nos repasses de recursos do BNDES.

Agradecimentos

A Diretoria Executiva da GOIÁS FOMENTO apresenta os resultados alcançados aos seus acionistas, clientes, parceiros da iniciativa pública e privada, fornecedores, consultores, colaboradores e aos que contribuíram para mais esse semestre de efetivo alcance dos objetivos, agradecendo a todos.

Goiania (GO), 14 de março de 2016.

HUMBERTO TANNÚS JÚNIOR
Diretor - Presidente

ALAIR DA SILVA ROCHA
Diretor Administrativo e Financeiro

SÉRGIO DUARTE DE CASTRO
Diretor de Prospecção de Oportunidades de Negócios

ÁLVARO AUGUSTO CRUZ FONSECA DOS REIS
Diretor de Operações

BALANÇOS PATRIMONIAIS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (EM R\$ MIL)

ATIVO	31/12/15	31/12/14
CIRCULANTE	135.612	136.362
DISPONIBILIDADES	88	283
APLICAÇÕES INTERF. DE LIQUIDEZ	10.464	27.596
Aplicações Interf. de Liquidez (NOTA 4)	10.464	27.596
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	60.305	40.339
Carteira Própria (NOTA 5)	60.305	40.339
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 6)	53.198	46.134
Empréstimos Setor Privado	36.981	35.425
Financiamentos Setor Privado	26.065	18.020
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	1.593	266
Provisão p/ Operaç. Créd. Liq. Duvidosa	(11.441)	(7.577)
OUTROS CRÉDITOS	10.592	21.645
Diversos (NOTA 7)	10.592	21.645
OUTROS VALORES E BENS	965	365
Outros Valores e Bens (NOTA 8)	965	365
NÃO CIRCULANTE	94.195	74.500
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	88.797	68.516
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 6)	76.851	61.896
Empréstimos Setor Privado	17.120	18.282
Financiamentos Setor Privado	56.068	46.001
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	12.052	2.736
Provisão p/ Operaç. Créd. Liq. Duvidosa	(8.389)	(5.123)
OUTROS CRÉDITOS	11.946	6.620
Diversos (NOTA 7)	11.946	6.620
PERMANENTE (NOTA 9)	5.398	5.984
IMÓVEIS DE USO	3.867	3.940
Terenos	2.422	2.422
Edificações	1.867	1.867
Depreciações Acumuladas	(422)	(349)
IMOBILIZADO DE USO	402	530
Imobilizado de Uso	1.369	1.636
Depreciações Acumuladas	(967)	(1.106)
DIFERIDO	-	2
Gastos com Logiciais	73	73
Amortizações Acumuladas	(73)	(71)
INTANGÍVEL	1.129	1.512
Ativos Intangíveis	2.380	2.338
Amortizações Intangíveis	(1.251)	(826)
TOTAL DO ATIVO	229.807	210.862

PASSIVO	31/12/15	31/12/14
CIRCULANTE	11.879	11.265
OBRIG. POR EMP. E REPASSES (NOTA 10)	6.381	3.646
Repasses do País - BNDES	2.389	1.260
Repasses do País - FCO	3.958	2.386
Repasses do País - FINEP	34	-
OUTRAS OBRIGAÇÕES (NOTA 11)	5.498	7.619
Sociais Estatutárias	403	1.611
Fiscais e Previdenciárias	1.712	2.003
Dotação para Aumento de Capital	-	140
Diversas	3.383	3.865
NÃO CIRCULANTE	217.928	199.597
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	46.411	28.740
OBRIG. POR EMP. E REPASSES (NOTA 10)	46.411	28.740
Repasses do País - BNDES	11.438	10.452
Repasses do País - FCO	33.832	18.288
Repasses do País - FINEP	1.141	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	171.517	170.857
Capital Social (NOTA 12)	164.822	163.315
Reserva de Lucros	6.695	7.542
Reserva de Lucros	7.556	7.212
TOTAL DO PASSIVO	229.807	210.862

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO SEGUNDO SEMESTRE DE 2015 E DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (EM R\$ MIL)

DISCRIMINAÇÃO	2º Semestre de 2015	EXERCÍCIOS	
		31/12/2015	31/12/2014
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	12.162	23.388	20.543
Operações de Crédito	8.603	16.430	12.979
Resultado de Títulos e Valores Mobiliários	3.559	6.958	7.564
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(8.922)	(15.245)	(9.337)
Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	(8.922)	(15.245)	(9.337)
Provisão p/ Desvalorização	-	-	-
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	3.240	8.143	11.206
OUTRAS RECEITAS /(DESPESAS) OPERACIONAIS	(5.342)	(9.458)	(7.523)
Receitas de Prestação de Serviços	3.875	7.953	9.185
Despesas de Pessoal	(7.659)	(14.679)	(12.395)
Outras Despesas Administrativas	(3.101)	(5.937)	(5.143)
Despesas Tributárias	(29)	(51)	(25)
Outras Receitas Operacionais (NOTA 14)	4.309	7.590	3.749
Outras Despesas Operacionais (NOTA 14)	(2.737)	(4.334)	(2.894)
RESULTADO OPERACIONAL	(2.102)	(1.315)	3.683
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	105	232	(19)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	(1.997)	(1.083)	3.664
Imposto de Renda e Contribuição Social (NOTA 15)	(2.195)	(3.562)	(3.372)
Diferenças Temporárias - Ativos Diferidos (NOTA 15)	4.859	5.326	2.587
LUCRO LÍQUIDO NO SEMESTRE / EXERCÍCIO	667	681	2.879
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO	(400)	(400)	(1.608)
LUCRO POR AÇÃO- R\$ 1,00	0,004	0,004	0,018

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (EM R\$ MIL)

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO	AUMENTO DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCROS			LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
			LEGAL	EXPANSÃO	INCENTIVOS FISCAIS		
SALDO EM 30/06/2015	163.315	-	2.783	1.198	3.575	-	170.871
Dividendos	-	-	-	(564)	-	-	(564)
Aumento de Capital	-	1.507	-	(564)	-	-	943
Transferência p/Aumento de Capital	1.507	(1.507)	-	-	-	-	-
Resultado do Semestre	-	-	-	-	-	667	667
Reserva Legal	-	-	33	-	-	(33)	-
Reserva para Expansão	-	-	-	234	-	(234)	-
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	(400)	(400)
SALDO EM 31/12/2015	164.822	-	2.816	304	3.575	-	171.517
MUTAÇÕES DO SEMESTRE	1.507	-	33	(894)	-	-	646

SALDO EM 31/12/2013	103.725	29.653	2.638	1.100	3.575	-	140.691
Dividendos	-	-	-	(521)	-	-	(521)
Aumento de Capital	-	29.937	-	(521)	-	-	29.416
Transferência p/ Aum. de Capital	59.590	(59.590)	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	2.879	2.879
Reserva Legal	-	-	144	-	-	(144)	-
Reserva para Expansão	-	-	-	1.127	-	(1.127)	-
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	(1.608)	(1.608)
SALDO EM 31/12/2014	163.315	-	2.782	1.185	3.575	-	170.857
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	59.590	(29.653)	144	85	-	-	30.166

SALDO EM 31/12/2014	163.315	-	2.782	1.185	3.575	-	170.857
Dividendos	-	-	-	(564)	-	-	(564)
Aumento de Capital	-	1.507	-	(564)	-	-	943
Transferência p/ Aum. de Capital	1.507	(1.507)	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	681	681
Reserva Legal	-	-	34	-	-	(34)	-
Reserva para Expansão	-	-	-	247	-	(247)	-
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	(400)	(400)
SALDO EM 31/12/2015	164.822	-	2.816	304	3.575	-	171.517
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	1.507	-	34	(881)	-	-	660

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 E SEGUNDO SEMESTRE DE 2015 - (EM R\$ MIL)

	2º Semestre de 2015	EXERCÍCIOS	
		31/12/2015	31/12/2014
Fluxos de Caixa Provenientes das Operações			
Lucro Líquido	667	681	2.879
Despesas de Depreciação e Amortização	300	361	474
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	14.241	17.132	(25.346)
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros	(28.688)	(19.966)	32.392
Derivativos	(12.803)	(22.019)	(40.789)
Operações de Crédito	10.084	5.727	(12.246)
Outros Créditos	(624)	(600)	(33)
Outros Valores e Bens	(1.372)	(2.121)	(251)
Outras Obrigações	(18.195)	(20.805)	(42.920)
Caixa Gerado/Utilizado pelas Operações	(18.195)	(20.805)	(42.920)
Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Financiamento			
Obrigações por Empréstimos e Repasses	18.165	20.406	15.587
Aumento de Capital em Dinheiro	943	943	29.415
Dividendos Propostos	(564)	(564)	(521)
Juros Sobre Capital Próprio Propostos	(400)	(400)	(1.608)
Total de Ingresso de Recursos	18.144	20.385	42.873
Fluxos de Caixa Provenientes das Atividades de Investimentos			
Imobilizado de Uso	(23)	267	99
Imóveis de Uso	-	-	-
Aplicações no Intangível	-	(42)	(19)
Total dos Recursos Captados/Aplicados	(23)	225	80
Variação Líquida de Caixa	(74)	(195)	33
Início do Período	162	283	250
Fim do Período	88	88	283
Redução das Disponibilidades	(74)	(195)	33

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (EM R\$ MIL)

Nota 1 – CONTEXTO OPERACIONAL
A Agência de Fomento de Goiás S/A. É uma instituição financeira de capital fechado, constituída sob a forma de sociedade anônima de economia mista, criada pela Lei Estadual nº 13.533/99 é regida pela Resolução do Conselho Monetário Nacional – CMN nº 2.828, de 30/03/2001 e respectivas alterações. Seu objeto é FOMENTAR o desenvolvimento socioeconômico do Estado de Goiás na geração de emprego e renda. Suas principais atividades são: Concessão de Operações de Crédito com Recursos Próprios; Operações de Repasses do BNDES; FCO e FINEP e Administração dos Fundos Públicos, tais como: FOMENTAR, FUNMINERAL e FUNPRODUR.
A autorização para o fechamento das Demonstrações Contábeis da Instituição, referente ao exercício de 2015, foi dada pela Diretoria em 01 de fevereiro de 2016.

Nota 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
a) Moeda de apresentação e funcional
As demonstrações financeiras foram elaboradas em Real que é a moeda funcional da Instituição. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.
b) Base para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras
As Demonstrações Contábeis foram apresentadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638 de 28/12/2007 e 11.941 de 27/05/2009, normas do Conselho Monetário Nacional, Banco Central do Brasil e Comissão de Valores Mobiliários e apresentados em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.
As políticas e práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
Uso de estimativas e julgamentos

Nota 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
a) Critérios de reconhecimento dos resultados
As receitas e despesas são registradas pelo regime de competência, destacando-se os seguintes:
• Os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais incidentes sobre os ativos e passivos são apropriados “pro rata die”,
• As provisões, inclusive os encargos sobre férias e 13º salário, são reconhecidos por competência mensal, segundo o período incorrido; e
• São considerados os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização, quando aplicável.
b) Ativo circulante e realizável a longo prazo e passivo circulante e exigível a longo prazo
Os bens e direitos são apresentados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, retificados por rendas a apropriar ou provisão, quando necessário. As obrigações são demonstradas pelos seus valores originais, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias incorridos, retificados por despesas a apropriar, valendo evidenciar que os recursos disponíveis do Fundo Constitucional do Centro-Oeste - FCO e os recursos do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos são classificados no Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, observando-se os fluxos de desembolsos previstos. Os saldos realizáveis e exigíveis são classificados no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, respectivamente, de acordo com as datas de vencimento.
c) Uso de estimativas
A preparação das Demonstrações Financeiras incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.
d) Caixa e equivalentes de caixa
Para fins das Demonstrações dos Fluxos de Caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata.
e) Aplicações interfinanceiras de liquidez e obrigações por empréstimos e repasses
As operações com cláusula de atualização monetária e as operações com encargos prefixados estão registradas a valor presente, líquidas dos custos de transação incorridos, calculadas “pro rata die” com base na taxa efetiva das operações.
f) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos
De acordo com a Circular nº 3.068 de 8 de novembro de 2001 e regulamentação complementar, são classificados e avaliados em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:
I) Títulos para negociação – Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, avaliados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas sobre esses títulos reconhecidos no resultado do exercício.
II) Títulos disponíveis para venda – Incluem os títulos e valores mobiliários utilizados como parte da estratégia para a administração do risco de variação nas taxas de juros e podem ser negociados como resultado dessas variações, por mudanças nas condições de pagamento ou outros fatores. Esses títulos são ajustados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos auferidos reconhecidos no resultado e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado, ainda não realizados, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido, deduzidos dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicável, denominada “Ajustes de Avaliação Patrimonial” até a sua realização por venda. Os ganhos e as perdas, quando realizados, são reconhecidos na data da negociação na demonstração do resultado, em contrapartida da mesma conta específica do patrimônio líquido, deduzidos dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicável.
III) Títulos mantidos até o vencimento – Incluem os títulos e valores mobiliários para os quais a administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo registrados ao custo de aquisição, atualizados *pro rata temporis*.
IV) Instrumentos financeiros derivativos – A Instituição não possui operações com derivativos.

g) Operações de crédito e outros créditos
Todas as operações de crédito têm os seus riscos classificados de acordo com julgamento da Administração, levando-se em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando-se os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que requer a análise periódica da carteira

continuação

Os ativos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representadas pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro passivo exigível.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente.

m) **Impostos**

Calculados às alíquotas abaixo demonstradas, consideram para efeito das respectivas bases de cálculo a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Descrição	Taxa
IR - Imposto de Renda	15,00%
Adicional de Imposto de Renda	10,00%
CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido)	20,00%
PIS/PASEP	0,65%
COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social)	4,00%
ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza)	5,00%

Os impostos sobre o lucro são calculados sobre o lucro tributável apurado no exercício, ajustado por diferenças permanentes e temporárias. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos foram calculados com base nas alíquotas vigentes na data das Demonstrações Financeiras, sobre as adições/exclusões temporárias, e registrados na rubrica Outros Créditos, em contrapartida do Resultado do Exercício. Em outubro deste ano a alíquota da CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido foi majorada de 15 para 20 por cento.

n) **Provisão para férias e 13º. salário**

É constituída com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço e incluem os correspondentes encargos sociais.

Nota 4 – APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Vencimentos

Descrição	Exercícios	
Posição Bancada	31/12/15	31/12/14
LFT - Letras Financeiras do Tesouro – Acima de 360 dias	10.464	27.596
Total	10.464	27.596

b) **Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez**

Classificadas na demonstração de resultado como resultado de operações interfinanceiras de liquidez de operações compromissadas – posição bancada:

Descrição	Exercícios		
Posição Bancada	2º Semestre/15	31/12/15	31/12/14
Letras Financeiras do Tesouro	998	3.333	3.640
Total	998	3.333	3.640

Nota 5 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Classificação por categoria e prazos

Descrição	Exercícios	
	31/12/15	31/12/14
Títulos Públicos Federais		
LFT - Letras Financeiras do Tesouro – 1 a 360 dias	6.241	34.034
TDA - Títulos da Dívida Agrária – acima de 360 dias	418	549
CEF - Fundo Caixa Goiás Fomento – com vencimento diário	53.646	5.756
Total	60.305	40.339

b) Resultado de títulos e valores mobiliários

Descrição	Exercícios		
	2º Semestre/15	31/12/15	31/12/14
Rendas de Aplicações Interfinanceira de Liquidez Títulos de Renda Fixa			
Fundos	2.181	2.696	2.286
LFT	376	889	1.634
TDA	5	40	4
Total	2.562	3.625	3.924

Conforme determina o parágrafo único do artigo 7º da Circular nº 3.068, de 08/11/2001, do BACEN, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação (Nota 5a) são apresentados no Balanço Patrimonial, no Ativo Circulante, independentemente de suas datas de vencimentos.

Nota 6 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO E LEILÃO DE BENS NÃO DE USO PRÓPRIO

As operações de crédito da Agência de Fomento estão devidamente classificadas nos níveis de risco definidos pela Resolução nº 2.682 de 21/12/1999 do Conselho Monetário Nacional. As principais informações sobre essas operações são as seguintes:

a) Composição total da carteira e prazos

DESCRIÇÃO	Exercícios	
	31/12/15	31/12/2014
Operações de Crédito		
Empréstimos	44.969	46.592
Comércio	26.971	25.889
Indústria	8.785	8.075
Serviço	17.922	13.276
Empréstimos Pessoas Físicas	423	6.467
(Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	(9.132)	(7.115)
Financiamentos	71.809	58.461
Comércio	17.560	16.065
Indústria	26.218	17.737
Serviço	31.491	20.636
Financiamentos Pessoas Físicas	6.864	9.583
(Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	(10.324)	(5.560)
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	13.271	2.977
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	13.645	3.002
(Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	(374)	(25)
Total da Provisão	19.830	12.700

DESCRIÇÃO	Exercícios	
Curto Prazo	31/12/15	31/12/2014
Empréstimos	36.981	35.425
Financiamentos	26.065	18.020
Financiamentos Rurais e Agroindústrias	1.593	266
(Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	(11.441)	(7.577)
Total	53.198	46.134
DESCRIÇÃO	Exercícios	
Longo Prazo	20/12/15	31/12/2014
Empréstimos	17.120	18.282
Financiamentos	56.068	46.001
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	12.052	2.736
(Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	(8.389)	(5.123)
Total	76.851	61.896

Níveis de Risco											
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - Parcelas Vincendas											
Operações/Crédito	A	B	C	D	E	F	G	H	Total		
Até 90 dias	2.261	9.072	1.086	655	516	585	270	1.299	15.744		
De 91 a 180 dias	2.129	8.835	1.036	748	475	588	250	1.140	15.201		
De 181 a 360 dias	3.800	15.755	1.847	1.460	922	930	433	1.894	27.041		
Acima de 360 dias	12.201	49.991	5.211	6.316	4.543	2.113	962	3.948	85.285		
Parcelas vincendas	20.391	83.653	9.180	9.179	6.456	4.216	1.915	8.281	143.271		
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS - Parcelas Vencidas											
Operações/Crédito	A	B	C	D	E	F	G	H	Total		
Mais de 90 dias	54	540	678	460	444	247	193	1.142	3.758		
De 91 a 180 dias	-	-	72	229	129	84	113	1.043	1.670		
De 181 a 360 dias	-	-	-	-	79	45	60	1.065	1.249		
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	46	46		
Parcelas vencidas	54	540	750	689	652	376	366	3.296	6.723		

b) Concentração de crédito e risco de crédito

Descrição	Exercícios	
	31/12/15	31/12/14
Principal Devedor	4.028	3.181
Percentual Sobre o Total da Carteira de Operações de Crédito	2,69%	2,63%
Vinte Maiores Devedores	39.013	33.181
Percentual do Total	26,01%	27,47%

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa foi constituída com base nos critérios da classificação de risco previstos na Resolução nº 2.682, de 21/12/1999, do Conselho Monetário Nacional:

NÍVEL	SALDO	PERCENTUAL (%)	PROVISÃO
A	20.445	0,5	102
B	84.193	1	841
C	9.930	3	298
D	9.868	10	987
E	7.108	30	2.132
F	4.592	50	2.296
G	2.281	70	1.597
H	11.577	100	11.577
Total	149.994		19.830

Estão classificados no nível de risco "A e B" além, das operações de crédito, o valor dos leilões dos Bens Não de Uso Próprio, recebidos em dação de pagamento, no valor de R\$ 115, conforme classificação na rubrica contábil - Devedores por Compra de Valores e Bens.

d) Evolução da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Descrição	Exercícios
Saldo em 31/12/14	12.700
Constituição no 1º Semestre/15	6.833
Baixas no 1º Semestre/15	(2.970)
Saldo em 30/06/15	16.563
Constituição no 2º Semestre/15	10.072
Baixas no 2º semestre/15	(6.805)
Saldo em 31/12/15	19.830

Nota 7 – OUTROS CRÉDITOS

Descrição	Exercícios	
	31/12/2015	31/12/2014
Rendas a Receber	4.093	15.500
Adiantamentos e Ant. de Salários	107	73
Créditos Tributários (Longo Prazo) (NOTA 15.1.a)	11.946	6.620
Imposto de Renda a Compensar	157	148
Imposto de Renda a Recuperar	277	856
Devedores por Compras de Valores e Bens (leilão)	115	57
Devedores por Depósitos em Garantia	5.266	4.686
Crédito por Avais e Fianças Honradas - FGI	100	100
Outros	477	225
Total	22.538	28.265
Curto Prazo	10.592	21.645
Longo Prazo	11.946	6.620

Nota 8 – OUTROS VALORES E BENS

a) Bens Não de Uso Próprio

BENS DE USO PRÓPRIO	MUNICÍPIO	31/12/2015	31/12/2014
Uma Gleba de Terras – 25 alq.	Posse/GO.	50	50
Duas Casas Residencial	Cumari/GO.	-	26
Um Lote Urbano	Aragarças/GO.	18	18
Um Sobrado de 4 Suítes	Ipameri/GO.	77	77
Uma Casa Residencial	Nazário/GO.	-	50
Uma Casa Residencial	Cidade/Goiás/ GO.	25	25
Uma Casa Residencial	Rubiataba/GO.	70	70
Uma Casa Residencial	Goiatuba/GO.	35	35
Uma Chácara c/ Residência	Três Ranchos/GO.	576	-
Um Lote Urbano	Ap. Goiânia/GO.	60	-
Uma Casa Residencial	Iaciara/GO.	30	-
Total		941	351

Em 29 de fevereiro de 2016 os bens foram levados a leilão, mas com resultado deserto e remarcado novo leilão para abril de 2016.

b) Despesas Pagas Antecipadamente

DESCRIÇÃO	SEMESTRES	
	31/12/2015	31/12/2014
Despesas Antecipadas – Assinaturas e Seguros	24	14
Total	24	14

Nota 9 – PERMANENTE

Descrição	Exercícios				
	31/12/15				31/12/14
	Taxa	Custo	Depreciação	VI. Líquido	VI. Líquido
Imóveis de Uso – Terrenos		2.422	-	2.422	2.422
Imóveis de Uso - Edificações	4%	1.867	(422)	1.445	1.518
Móveis e Equipamentos de Uso	10%	608	(390)	218	224
Outras Imobilizações	10%	761	(577)	184	306
Diferido/Logiciais	20%	73	(73)	0	2
Intangível (*)	20%	2.380	(1.251)	1.129	1.512
Total		8.111	(2.713)	5.398	5.984

(*) Intangível – O ativo intangível refere-se a Software adquiridos com o objetivo de investimento para modernização e adequação à novas tecnologias e necessidade dos negócios.

Nota 10 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

Referem-se a repasses para financiamentos oriundos de órgãos governamentais: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, a saber:

DESCRIÇÃO	Taxa Média	Prazo Médio	Exercícios
BNDES	5,8559% a.a.	6 anos	31/12/15 31/12/14
Valor das Obrigações			13.827 11.712
Curto Prazo			2.389 1.260
Longo Prazo			11.438 10.452
FINEP	5,4729% a.a.	7 anos e meio	31/12/15 31/12/14
Valor das Obrigações			1.175 -
Curto Prazo			34 -
Longo Prazo			1.141 -
FCO	6,3556% a.a.	5 anos e meio	31/12/15 31/12/14
Valor das Obrigações			37.790 20.674
Curto Prazo			3.958 2.386
Longo Prazo			33.832 18.288
Total			52.792 32.386

Nota 11 – OUTRAS OBRIGAÇÕES

Outras Obrigações	Exercícios	
Descrição	31/12/15	31/12/14
Dividendos e Bonificações a Pagar (NOTA 16)	403	1.611
Fiscais e Previdenciárias	917	1.247
Impostos e Contribuições	796	753
Credores Diversos	891	1.171
Dotação p/ Aumento de Capital	1	140
Provisão de Férias	907	693
Contingências	72	249
Obrigações por Aquisição de Bens/Direitos	800	1.317
Outras	711	438
Total	5.498	7.619

Nota 12 – CAPITAL SOCIAL

O Capital Social de R\$ 164.821.774,14, totalmente integralizado é representado por 164.821.774. ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. No exercício de 2015, foi procedido aumento do capital social no montante de R\$ 1.506.796,38 com emissão de 1.506.796 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, conforme Ata das Assembleias: Geral Ordinária e Extraordinária de 30/04/2015) devidamente homologadas pelo Banco Central do Brasil e registradas na Junta Comercial do Estado de Goiás.

Nota 13 – DESPESAS DE PESSOAL, ADMINISTRATIVAS E TRIBUTÁRIAS

Descrição	2º Semestre de 2015	Exercícios	
		31/12/15	31/12/14
Água, Energia e Gás	161	296	201
Aluguéis	44	88	73
Comunicação	126	261	256
Honorários	1.131	2.027	1.428
Manutenção e Conservação	60	115	198
Material de Expediente	9	26	36
Pessoal (*)	7.659	14.679	12.395
Terceiros	480	867	859
Propaganda / Publicidade e Publicações	62	159	280
Técnicos Especializados	323	646	502
Vigilância e Segurança	94	187	185
Transportes	147	286	196
Outros	493	1.030	954
Total	10.789	20.667	17.563

(*) Despesas de Pessoal compõe-se de benefícios, encargos e proventos aos servidores.

Nota 14 – OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

Descrição	2º Semestre/15	Exercícios	
		31/12/15	31/12/14
Receitas de Prestação de Serviços			
Administração de Fundos Públicos (Nota 17)	3.203	6.603	8.264
Outras Taxas	672	1.350	921
Total	3.875	7.953	9.185

Descrição	2º Semestre de 2015	Exercícios	
		31/12/15	31/12/14
Outras Receitas			
Recuperação de Créd. Baixados/Prejuízo	1.845	3.308	1.603
Recuperação de Encargos e Despesas	808	1.328	1.637
Rendas de Repasses Interfinanceiros	1.007	1.604	-
Outras	649	1.350	509
Total de outras receitas	4.309	7.590	3.749

Outras Despesas			
COFINS	685	1.365	1.247
PASEP	111	221	202
ISSQN	194	398	459
Amortização do Intangível	214	427	425
Depreciação	85	183	238
Despesas de Repasses Interfinanceiros	1.445	1.734	-
Outros	3	6	323
Total de outras despesas	2.737	4.334	2.894

Nota 15 – IMPOSTOS, CONTRIBUIÇÕES E ATIVO FISCAL DIFERIDO

15.1 – Cálculo de imposto de renda e contribuição social

a) Base de tributação

Descrição	Exercício – até 31/12/15	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado do Período	(1.084)	(1.084)
(-) Juros de Capital Próprio	(400)	(400)
= Resultado ajustado	(1.484)	(1.484)
+ Adições		
Provisão para Devedores Duvidosos – 2015	18.983	18.983
Operações de Crédito maior que 30/100 mil em 2015	7.370	7.370
Despesas não Dedutíveis	240	240
Total das adições	26.593	26.593
(-) Exclusões		
Provisão para Devedores Duvidosos – 2014	(12.544)	(12.544)
Operações de Crédito maior que 30 mil a mais de 1 ano	(3.756)	(3.756)
Outras Exclusões	(251)	(251)
Total das exclusões	(16.551)	(16.551)
= Lucro real	8.558	8.558

continuação

A Resolução 4.193, de 01/03/2013, dispõe sobre os critérios para a apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal e institui o Adicional de Capital Principal. Para os cálculos das parcelas de risco foram observados os procedimentos para cálculo estabelecidos por diversas normativas do Banco Central do Brasil, entre elas, a Resolução 3.464/07 e as Circulares 3.644/13 e 3.634/13.

b) Risco Operacional

Para o cálculo da parcela de risco operacional, a Agência de Fomento de Goiás optou pela utilização da Abordagem do Indicador Básico, dentre as estabelecidas pelas Resoluções 3.380/06 e 4.193/13 e Circular 3.640/13.

c) Julgamento da administração sobre o Índice de Basileia

A administração julga adequado o atual nível do Índice de Basileia levando-se em consideração que o mínimo exigido pelas autoridades é de 11%.

d) Cálculo do Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência utilizado para o cálculo dos índices e a composição das exposições de risco em 31/12/2015, estão demonstrados conforme abaixo:

Capital Principal	171.517
Nível I	171.517
Nível II	-
Patrimônio de Referência	171.517

Compatibilização do Patrimônio de Referência	
PR- Patrimônio de Referência	171.517
RWA - Risk -Weighted Assets	338.821
Margem PR Nível I Requerido	151.188
PR Nível I Mínimo Requerido para o RWA	20.329
Margem s/ Capital Requerido	156.270
Capital Principal Mínimo Requerido para o RWA	15.247
Índice Basileia Capital	50,62%
Índice Basileia Ampla	50,62%

Nota 19 – REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO
A remuneração é fixada em Assembléia Geral de Acionistas:

Descrição	Exercícios	
	31/12/15	31/12/14
Proventos	844	594
Gratificações	28	27
Conselho de Administração	492	324
Outros	663	483

A Agência de Fomento não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração.

Nota 20 – SEGUROS
A Instituição mantém seguros predial (não auditados).

Nota 21 – AVAIS E FIANÇAS
A Agência de Fomento não possui operações de concessão de avais ou fianças em 31/12/2015 e 31/12/2014.

Nota 22 – ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Referem-se a direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

i. **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela conformação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exequível;

ii. **Passivos contingentes** - Decorrem basicamente de processos cíveis e trabalhistas. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. Desta forma, o valor é apurado de acordo com a estimativa de desembolso feita por nossa Administração, revisada tempestivamente com base em subsídios recebidos de nossos assessores legais. Os depósitos judiciais em garantia correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente.

a) **Provisões para Passivos Contingentes e Riscos Fiscais**

A Agência é parte em ações judiciais envolvendo questões trabalhistas, cíveis e fiscais. Referidas ações estão em poder da Procuradoria Geral do Estado de Goiás, Escritórios Terceirizados e Advogados da Agência, que considera a perda e o risco envolvido. Fundamentados nesta avaliação, constitui-se provisão em montante julgado suficiente para cobrir as perdas com as referidas ações, cujo risco já foi considerado como provável.

- **Ações Trabalhistas:**

Compõem-se de 4 ações, classificadas como perda possível, onde o objeto é de danos morais e reintegração.

- **Ações Cíveis:**

As Ações Classificadas como de perda Provável estão provisionadas no valor de R\$72 mil, as classificadas como de perda Possível, onde o objeto são de indenizações e revisionais, que em 31/12/2015, totalizam em 33 ações.

Ações Fiscais: Fisco Federal – Auto de Infração PIS/PASEP e COFINS.

A GoiásFomento adota o regime Cumulativo do PIS Cofins (aliquota de 0,65 e 4%, respectivamente), e nos termos da Instrução Normativa 247/2002 e alterações posteriores. No entanto, a Receita Federal lavrou autuação em algumas Agências de Fomento no País em razão da adoção do REGIME Cumulativo, gerando a possibilidade do enquadramento das Agências no Regime de Auração Não- Cumulativa, destas contribuições, nos termos da Leis 10.637/02 e 10.833/03, em que contribuições deveriam ser calculadas sobre a totalidade das receitas auferidas pelas referidas instituições descontados os créditos legalmente admitidos, aplicando-se as alíquotas de 1,65 do (PIS/Pasep) e 7,6% do (Cofins). Em data de 07 de julho de 2014 a GoiásFomento recebeu termo de início de ação fiscal, autuada sob nº MPF 0120100.2014.00323, solicitando esclarecimento sobre a utilização do regime Cumulativo para apuração e cálculo das contribuições sociais para PIS/Pasep e Cofins, utilizado por esta instituição, no período de janeiro de 2010 a dezembro de 2011. No entendimento da SRF o REGIME utilizado deveria ser o Não-Cumulativo, tendo em vista que as Agências de Fomento não se enquadram no rol de instituições financeiras do Artigo 3º, Parágrafo 6º e 7º da Lei nº 9.718/98. Foram apresentados esclarecimentos quanto a forma de recolhimento utilizada pela GoiásFomento e pelas demais Agências de Fomento nacionais, não tendo a Superintendência da Receita Federal da Região 1º Região Fiscal acatado os esclarecimentos apresentados, lavrando Auto de Infração nº 10120-728.196/2014-00, em 09/10/2014 muito embora, a diferença entre a utilização do Regime Cumulativo e Não Cumulativo aplicado sobre o montante das receitas financeiras é garantida a alíquota zero (o) previsto no Decreto nº 5.442/05, o referido Auto acabou sendo lavrado no valor de R\$3.554., contrariando o direito previsto pelo Artigo 1º do referido Decreto a que a Instituição faz jus.

A Procuradoria Geral do Estado de Goiás, apresentou IMPUGNAÇÃO aos referidos autos de infração, na esfera administrativa a classificou o risco como de perda possível, visto que, outras Agências de Fomento do Brasil, em julgamento pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, tiveram êxito parcial.

Atualmente a impugnação encontra-se pendente de julgamento na Receita Federal do Brasil na regional de Ribeiro Preto/SP.

Nota 23 – ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS
A Agência de Fomento administra Fundos do Governo do Estado de Goiás. As principais informações sobre esses fundos são as seguintes:

Fundos Públicos	PL em 31/12/15	Receita/15	PL em 31/12/14	Receita/14
FUNPRODUIR	132.353	4.861	105.829	6.549
FUNMINERAL	21.088	579	18.221	514
FOMENTAR	509.931	1.163	364.258	1.201
TOTAL	663.372	6.603	488.308	8.264

Nota 24 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS
As demonstrações contábeis são elaboradas com base em critérios contábeis que pressupõem a continuidade normal das operações da Agência. O valor contábil relativo a cada instrumento financeiro aproxima-se do seu correspondente valor de mercado.

Nota 25 - GESTÃO DE RISCOS

A Gestão de Riscos é considerada um instrumento essencial na administração da Agência de Fomento. Os principais fatores de riscos monitorados são:

a) Risco de Mercado – É o risco associado à probabilidade de variação no valor dos ativos e passivos da Agência, decorrente de mudanças nas taxas de juros de mercado e, com isso, serem geradas perdas à instituição. Em atendimento aos normativos dos órgãos regulamentadores e fiscalizadores, a GoiásFomento possui, devidamente implementada, estrutura de gerenciamento do risco de mercado, compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado da Agência, garantindo o fiel cumprimento às exigências da Resolução nº 3.464 do CMN de 26/06/2007 e normativos posteriores. Atualmente, inexistem expectativas de flutuações substanciais nas taxas de juros praticadas no mercado que possam afetar consideravelmente os resultados da Agência. O relatório de acesso público contendo a descrição da estrutura de gerenciamento do risco de mercado da GoiásFomento, encontra-se na Coordenadoria de Contabilidade – CONTA, área responsável pelo mesmo.

b) Valor em Risco (VaR) - O processo de análise de risco quantifica a exposição e o apetite pelo risco utilizando limites de risco baseados em critérios estatísticos (VaR Estatístico: nível de confiança de 99% - é uma medida estatística que estima a perda econômica potencial máxima esperada em condições normais de mercado, considerando horizonte de tempo e intervalo de confiança definidos), simulações de Stress (VaR Stress – é uma medida que estima a perda em condições extremas de mercado a partir de cenários de estresse) e capital econômico alocado.

Os limites e a exposição aos riscos de mercado são relativamente baixos quando comparados ao Patrimônio Líquido da instituição, de acordo com administração diversificada dos riscos. Conforme o VaR em dezembro/15.

c) Risco de Crédito – O risco de crédito surge da possibilidade da instituição vir a incorrer em perdas resultantes do não recebimento de suas operações de crédito e outros créditos. A GoiásFomento estabelece sua política de crédito de forma conservadora, observando-se fatores relativos à classificação de clientes, pulverização de risco e monitoramento dos níveis de inadimplência. Desta forma, inexistem expectativas com perdas superiores ao valor da provisão constituída para créditos de liquidação duvidosa. Em atendimento à Resolução nº 3.721 do CMN, a Agência vem desenvolvendo ações em relação à estrutura organizacional para a efetiva implementação do gerenciamento do risco de crédito, tendo indicado ao BACEN o diretor responsável por tal atividade.

d) Risco Operacional – Em atendimento à Resolução nº 3.380/06 do CMN, a Agência de Fomento de Goiás S/A possui implementada a estrutura de gerenciamento de risco operacional, e adota como metodologia a "Abordagem do Indicador Básico" para o cálculo da parcela do Patrimônio de Referência Exigido referente ao Risco Operacional, de que trata a Resoluções nºs 4.192 e 4.193/13 descrição da estrutura relacionada ao gerenciamento de riscos acima citada encontra-se disponível no departamento ASGER – Assessoria de Gerenciamento de Riscos. A GoiásFomento tem como política a busca constante de melhoria nos processos internos, controles, capacitação de pessoal e tecnologia, visto que esses fatores contribuem significativamente para a mitigação de riscos.

e) Risco de Liquidez – É o risco de a instituição se tornar inadimplente quanto ao pagamento de passivos. Inexiste este risco na Agência em face de sua estrutura patrimonial que evidencia ativos circulares muito superiores aos passivos de curto prazo.

f) Lavagem de Dinheiro - prevenção ao crime de lavagem de dinheiro – A GoiásFomento possui Política interna de prevenção e combate a este tipo de ilícito. Os procedimentos fazem parte das atribuições da Auditoria Interna e da Assessoria de Gerenciamento de Riscos. Com a estruturação da Prevenção ao Crime de Lavagem de Dinheiro - PLD estabelecida pelo Banco Central do Brasil e o Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, a GoiásFomento aumentou os controles sobre as práticas destes crimes. Com a aprovação da Política de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro, a Diretoria da Agência e o Conselho de Administração, normatizou os procedimentos para fortalecer a prevenção de ilícitos financeiros. Todos os colaboradores têm acesso ao texto da Política através da Intranet (site colaborativo interno da instituição) onde são publicadas as normativas e demais assuntos de interesse corporativo. Para conscientizar e treinar o corpo funcional sobre a importância de ajudar a combater essas práticas está disponível na pasta de rede Público o material utilizado pela Assessoria de Gerenciamento de Riscos para divulgar a Política aos Coordenadores da instituição. Dentre o material consta um vídeo explicativo divulgado pelo COAF, além da apresentação contendo um resumo dos procedimentos que os colaboradores devem seguir em caso de identificação de operação suspeita. Atualmente os clientes que são identificados como Pessoas Politicamente Expostas passam por análise da Diretoria Executiva antes que seja iniciada a relação de negócio.

g) Risco Socioambiental – Foi aprovada pelo CANSAD – Conselho de Administração desta GoiásFomento, a Política de Responsabilidade Socioambiental, conforme Resolução nº 4.327, de 28 de abril de 2014 do Conselho Monetário Nacional. A segunda etapa da PRSA é o desenvolvimento e implantação do SARAS. As ações previstas estão em desenvolvimento e com previsão de conclusão e implantação para julho de 2016.

Nota 26 – EVENTOS SUBSEQUENTES
Ações Cíveis: FOMENTAR – Fundo de Participação e Fomento a Indústria do Estado de Goiás

Existem seis ações de execução em curso nas Comarcas de Goiânia – (GO) e Brasília – (DF) em desfavor da GOIÁSFOFOMENTO. Essas ações são movidas por advogado à época contratado pelo **BEG – BANCO DO ESTADO DE GOIÁS**, então Agente Financeiro do **FOMENTAR**, nas quais requer o pagamento de honorários advocatícios de sucumbência e multas referentes às ações judiciais sob sua responsabilidade.

Dentre as referidas ações, destaca-se uma que está em curso nesta Comarca de Goiânia, cujo valor atualizado é de R\$ 34.640.970,38.

Em 07/01/2016 o juiz condutor do feito acolheu o solicitado pelo reclamante em caráter liminar, determinando que fosse efetuada a penhora de recursos financeiros existentes nas contas bancárias desta Agência.

A Procuradoria Geral do Estado de Goiás interpôs o recurso de Agravo de Instrumento, ao que, em juízo de retratação, o magistrado que proferiu a decisão, acolheu os argumentos declinados nas razões recursais e decidiu revogá-la, determinando o recolhimento do mandado de penhora, em 12/02/2016, conforme informação contida no **Ofício n. 178/2016-PGE/PJ**, daquela Especializada.

Informamos ainda que, através da Lei 14.806/2004, A GOIÁSFOFOMENTO passou a ser o novo Agente Financeiro, cuja transferência foi efetivada em 10/10/2005, através da Escritura Pública de Transferência de Acervo, e a partir de então, as operações de crédito passaram a ser geridas pela GOIÁSFOFOMENTO, entretanto, os contratos de prestação de serviços advocatícios não foram por ela assumidos, pois as obrigações desse gênero não são de responsabilidade da mesma.

Em razão disto e considerando que o risco operacional das referidas operações não cabe ao agente financeiro, e sim ao próprio Fundo, conforme dispõe o art. 6º, § 1º, da Lei nº 13.533, de 15 de outubro de 1999, foi encaminhado à Procuradoria Geral do Estado de Goiás o **Ofício nº 0540/2016**, solicitando as providências necessárias para que o Estado de Goiás assuma o polo passivo dessas ações.

Goiânia (GO), 07 de março de 2016.

HUMBERTO TANNÚS JÚNIOR <i>Diretor-Presidente</i>	
ALAIR DA SILVA ROCHA <i>Diretor Administrativo e Financeiro</i>	ÁLVARO AUGUSTO CRUZ FONSECA DOS REIS <i>Diretor de Operações</i>
SÉRGIO DUARTE DE CASTRO <i>Diretor de Prospecção de Oportunidades de Negócios</i>	MARIA TEREZINHA DA MOTA BATISTA <i>Contadora CRC/GO 008031/O-0 CPF.311.069.601-06</i>
CONSELHO FISCAL SÍLVIO VIEIRA DA LUZ JOSÉ PAULO FELIX DE SOUZA LOUREIRO WANDERLINO TEIXEIRA CARVALHO	

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao Conselho de Administração, Acionistas e Administradores da **AGÊNCIA DE FOMENTO DE GOIÁS S/A**
GOIÂNIA – GO

Examinamos as demonstrações financeiras da Agência de Fomento de Goiás S/A, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A administração da Agência de Fomento de Goiás S/A é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Agência para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Agência. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião Sobre as Demonstrações Financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agência de Fomento de Goiás S/A, em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

Goiânia, 14 de março de 2016.

P R I M E AUDITORES INDEPENDENTES S/S CRC-2-SP 023.478/O-7-S-GO	José Francisco Firmino Contador CRC-1SP 196.425/O-8-S-GO
---	---

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros efetivos do Conselho Fiscal da Agência de Fomento de Goiás S/A, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, na conformidade do Artigo 163, II a VIII, da Lei 6.404 de 15/12/76, e Artigo 2 da Circular 3.171 de 30/12/2002 do Banco Central do Brasil, após procederem o exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31/12/2015 e 31/12/14; o Estudo Técnico referente ao Crédito Tributário, e da Resolução Normativa do Tribunal de Contas do Estado de Goiás – TCE 001/2003, Artigo 10 inciso XVIII alíneas: a) "irregularidades, ilegitimidades, ilegalidades e atos de gestão antieconômicos apurados no exame das contas e as providências adotadas para o resguardo do interesse público"; b) "resultado das análises verificadas durante o exercício, inclusive quanto ao Relatório de Gestão a que se refere o inciso II deste artigo"; c) "situação dos administradores perante os cofres da entidade". Conclui que, durante os trabalhos não encontraram nenhuma irregularidade e julgam que refletem, adequadamente, a situação patrimonial e financeira da sociedade e estão em condições de serem submetidos ao Conselho de Administração.

Goiânia, 09 de março de 2016

José Paulo Felix de Souza Loureiro
Sílvio Vieira da Luz
Wanderlino Teixeira de Carvalho